

## Cooperação e Multiculturalismo

Zorayda Correia FREITAS  
Universidade da Madeira (Portugal)

### Resumo

A escola dos nossos dias é palco de diferenças culturais significativas e é essa multiculturalidade que deverá ser uma fonte de enriquecimento, alargando os horizontes do conhecimento e do saber ser, estar e fazer.

Esta comunicação gira em torno do papel da cooperação na escola cada vez mais multicultural, beneficiando das diferenças, exaltando-as e permitindo o êxito na aprendizagem.

Assim, surge a cooperação como imperativo numa sociedade do conhecimento, onde a multiculturalidade se reparte espontaneamente suscitando estratégias inovadoras, impondo-se como um modelo do futuro.

### Abstract

Cooperation and multiculturalism

The school nowadays faces significant cultural differences and this multiculturalism should be a source of enrichment, widening the horizons of knowledge, self-being and acting.

This paper works on the role of cooperation in a multicultural school taking advantage of these differences, praising them and fostering success in the learning process.

Thus, cooperation emerges as an imperative in a society of knowledge; where multiculturalism spreads spontaneously provoking innovative strategies, carrying it out as a future model.

A sociedade actual, apontada por muitos como a sociedade pós-moderna, a sociedade da globalização, conduz-nos, cada vez mais, para uma cultura da diversidade, e que faz disso a sua mais-valia. Este é o resultado de uma sociedade de conhecimento, da descoberta constante e do fácil acesso à informação.

Vivemos num mundo de constantes mudanças que acontecem de forma vertiginosa sem quase darmos por isso. O vocabulário que predomina interliga-se com as novas tecnologias, resultando assim, numa alteração profunda do dia-a-dia do homem, hoje conhecida por a globalização. Resta a certeza de que a sociedade tem forçosamente de estar preparada para enfrentar as suas consequências num mundo globalizado, inevitavelmente, mais informado, mais ciente das suas diferenças culturais, e profundamente complexo.

“O progresso da culturização corresponde à multiplicação das informações, dos conhecimentos, do saber social e também a multiplicação das regras de organização e de conduta, inclusivamente a uma programação propriamente sociocultural.” (Morin, 1991, p. 85)

O século XXI representa um grande desafio, sobretudo para a escola, espaço privilegiado do desenvolvimento e aproveitamento da interculturalidade. Por esta razão, a escola tem de se organizar para mais este repto, tem de vislumbrar soluções para aquele que pode parecer mais um obstáculo à aprendizagem, a comparência de alunos pertencentes a grupos minoritários.

A globalização, assim como a mudança, a aceleração, a transitoriedade têm contribuído para uma maior diversidade de gostos, tendências, respeitando-se mais as diferenças de cada um, e usufruindo-se da imagem de um mundo onde parece só existirem facilidades.

Verifica-se uma intensificação do fluxo de informação e de pessoas, permitindo a inter-relação com uma celeridade nunca antes pensada. Testemunhamos diferentes formas de estar, de viver, pensar e sentir, graças a essa globalização que abriu as portas a um pluralismo cultural, difundindo-se e criando as suas redes e teias, profundamente complexas. Coexistimos num mundo cujas culturas já não estão completamente isoladas umas das outras, mas que se misturam e confundem a pouco e pouco com o suporte das novas tecnologias da informação, comunicação e não só. Esta consequência da globalização dá espaço ao contacto com a diferença, aumentando, assim, as possibilidades de confronto, e despertando a urgência de se implementar o diálogo, a aceitação e o reconhecimento da legitimidade de outras culturas. Atenua-se o choque de valores, de opiniões, de perspectivas dos indivíduos ou de comunidades.

Tudo à nossa volta sofreu alterações profundas: a indústria, a ciência, o comércio, as bases do conhecimento, mas a educação tem tido muitas dificuldades em acompanhar estas mudanças. Assistimos a uma realidade dilatada pelas novas tecnologias de informação e comunicação, que simultaneamente comprimem o tempo e o espaço que antes constituíam uma barreira. Todavia, assiste-se a um desfasamento da escola, quer pelo seu currículo e pelas suas práticas, quer ainda pelos espaços concebidos para uma produção em série, adequados a uma Revolução Industrial e não a uma «Terceira Revolução». É inadiável fazermos as transformações e favorecermos o surgimento duma educação que se quer também, pós-moderna.

“(…) mas nós estamos a correr a toda velocidade para a fragmentação e para a diversidade, não apenas no capítulo da produção material, mas também no da arte, do ensino e da cultura maciça.” (Toffler, 1970, p. 268)

Pensar-se mais no indivíduo e na sua complexa diversidade e prepará-lo para um mundo globalizado e, cruelmente, competitivo, não é uma opção, é um imperativo.

## Multiculturalidade como condição humana

A multiculturalidade das sociedades não é uma condição moderna. O que, provavelmente, é mais recente, é a noção dessa multiculturalidade. Sempre houve, ao longo dos séculos, as trocas comerciais e a coexistência de pessoas de diferentes origens num mesmo espaço geográfico, hodiernamente, porém, a uma escala e a um ritmo de mobilidade maior e mais acelerado. “Les relations entre cultures et minorités culturelles ont toujours existé... Seulement on leur faisait un sort politique et/ou idéologique différent de celui qui s’amorce et transparait aujourd’hui ; on les prenait autrement en considération.” (Clanet, 1993, p. 18).

A sociedade multicultural é um processo claramente irreversível, mas que sempre existiu e contribuiu para o crescimento das sociedades. E apesar de no caso português, e mais propriamente na Região Autónoma da Madeira, a multiculturalidade não tenha constituído uma dificuldade como em outros países, começa agora a ser uma preocupação maior e tema de discussão pertinente sobretudo para a escola.

“Neste âmbito, Portugal, antes de 1974, era considerado um dos países mais monoculturais e monolíngues da Europa. Tratava-se de um país fechado sobre si, onde a mobilidade de pessoas era protagonizada, essencialmente, pela emigração de portugueses para diferentes partes do mundo e pela presença de estrangeiros, fundamentalmente enquanto turistas.” (Pereira, 2004, p. 68)

Isto não significa que só presentemente represente uma dificuldade valorizada no ensino, que começa a antever-se com outros contornos. Não se trata apenas dos filhos dos portugueses emigrados, mas sobretudo dos filhos dos emigrantes dos países do Leste e outros que decidiram vir trabalhar para Portugal. Esta era uma realidade menos habitual na Região, apesar da longa tradição turística. Hoje, porém, começa a manifestar-se com um outro colorido, obrigando a uma consciência e maior inquietação por parte dos docentes.

Convém sempre recordar que o que caracteriza a multiculturalidade na educação não são apenas os casos de emigrantes, pois também dela fazem parte os alunos oriundos de grupos minoritários, pertencentes a outra religião, sexo ou estatuto social. São os emigrantes no seu próprio país e que falam a própria língua materna, mas cuja cultura é esquecida, senão mesmo ignorada.

“Similarly, people’s economic status, physical disability, and religion will vary, but rarely will a school be without diversity in these areas. Even if a school staff or student body lack diversity, understanding and appreciating the various diversities still must be made a priority.” (Hoerr, 2005, p. 17)

Na realidade, há outras diversidades, (tais como deficiências ou tendências sexuais) que nem sempre são fáceis de ter presente ou de as reconhecer como tal, mas que ao desconhecê-las, ignoramos também quem as possui. É uma tendência para classificar o outro em função do que nós somos e dos nossos valores. Fala-se, frequentemente, da diversidade humana, mas nem sempre é compreendida

e assimilada, aliás, permanece sempre a dúvida sobre qual a interpretação dada ao conceito de educação multicultural e, se é efectivamente reconhecida a sua legitimidade e riqueza, como diz António Jordán:

“A menudo, los profesores más familiarizados con el concepto de «educación multicultural» acogen esta noción de un modo simple; es decir, sin profundizar demasiado en la riqueza y trascendencia que esta forma de entender la educación tiene para la escuela y la propia sociedad.” (1994, p. 17)

Muito se tem estudado e escrito sobre a multiculturalidade no ensino, e muitos têm sido também os apelos para uma tomada de consciência por parte dos docentes desta realidade, num esforço para aproveitar os benefícios dessas diferenças, mas sobretudo, para que prevaleça o respeito pelo o outro, como nos explica Sousa:

“É por isso que penso que os que ensinam terão de ter consciência de que os que aprendem são, tal como eles próprios, seres sociais portadores de um mundo muito especial de crenças, significados, valores, atitudes e comportamentos adquiridos lá fora e que importa contemplar.” (2000, p. 4)

Numa sociedade para o século XXI urge que se entenda e se aceite essas diferenças entre pessoas e culturas. Tudo isto a fim de se evitar, sobretudo, o baixo rendimento, se não mesmo o abandono daqueles alunos cuja falta de auto-estima em nada contribui para o seu desenvolvimento.

Se o que se pretende é que a escola garanta os plenos direitos de todos os indivíduos, então não podemos ignorar a multiculturalidade e com a interculturalidade substituir a mudez, a marginalização e o desconhecimento pela tolerância e adopção dos diversos contributos que todos podem aportar. De facto, o objectivo deverá ser converter uma sociedade multicultural numa sociedade intercultural: em vez de justapor culturas que se confrontam ou se suportam num mesmo espaço. A escola deve viver a descoberta de culturas em metamorfose de conjunto, numa sociedade que se autodenomina de direitos autênticos – tais como os direitos cívicos e políticos, os direitos económicos, sociais e culturais.

O conceito de interculturalidade incide no dissolver dos problemas originados pela heterogeneidade cultural, política, religiosa, étnica, racial, comportamental, económica, já que temos que conviver, de algum modo, com estes aspectos.

“No campo da pedagogia e da psicologia do desenvolvimento, a educação intercultural alicerça-se na concepção construtivista do conhecimento e reconhece a herança devida a autores e investigadores como Vigotsky, Piaget e Bruner, entre outros. Entende-se aprendizagem como um processo situado na participação social: a aprendizagem insere-se no contexto social, cultural e político e, em situação de ensino formal, como por exemplo na escola, emerge das interações entre alunos, e entre alunos e professores. A qualidade dessas interações faz de facto a diferença!” (Cochito, 2004, p. 12)

E a escola é o lugar privilegiado para desenvolver essa liberdade que tanto se apregoa para com os grupos minoritários, podendo conferir-lhes uma maior auto-estima e respeito pelos seus valores e costumes.

Por outro lado, a escola pode e deve adaptar o currículo, cujo poder lhe permite alterar comportamentos, crenças e atitudes, quer estejamos a falar do currículo oculto quer do currículo formal. Sabemos, actualmente, e estudiosos no âmbito das teorias críticas do currículo em muito contribuíram para isso (Apple, 2001; Goodson, 2001; Hargreaves, 2004; Silva, 2000; Sousa, 2000), entre outros, que o currículo não sustenta apenas o conhecimento, pelo menos não de forma inocente, mas encobre e serve interesses económicos, entre outros. O currículo é o poder estabelecido e infiltrado nas nossas instituições escolares, sem prever, por vezes, a vontade e a essência dos alunos, professores e comunidades a quem supostamente serve. O professor não é um usuário passivo e apático do currículo. Inclusivamente deverá modificá-lo, se necessário e adaptá-lo à especificidade dos alunos, a fim de promover e garantir a diversidade como afirmam McLaren e Giroux:

“For me, the key issue for critical educators is to develop a multicultural curriculum and pedagogy that attends to the specificity (in terms of race, class, gender, sexual orientation, etc.) of difference (which is in keeping with ludic postmodernism) yet at the same time addresses the commonality of diverse Others under the law with respect to guiding referents of freedom and liberation (which is keeping with resistance postmodernism). (1994, p. 201)

Urge adoptar um currículo que possibilite à comunidade escolar contemplar a diversidade cultural que a caracteriza e compreendê-la, porque só assim tem significado falar-se em multiculturalidade, e só assim, podemos evitar os resultados nefastos de um currículo alheio à realidade escolar, como nos lembra Sousa:

“É deste ponto de vista sociopolítico que gostaria de focalizar para os perigos de um currículo que permaneça indiferente ao desigual capital cultural de origem familiar e social que os alunos carregam no seu dia-a-dia para a Escola. O currículo não pode se alhear das diversas identidades socioculturais que contracenam por vezes de forma conflituosa, no cenário escolar.” (2000, p. 3)

A escola tem a capacidade de influenciar e de contribuir para ajustar os indivíduos a novas realidades, mas para isso todos temos de ter consciência da riqueza inerente ao multiculturalismo. É necessário reflectir também, e, como nos diz Jordán, na relação e compreensão dos docentes sobre a multiculturalidade de como estes e os restantes elementos da comunidade escolar vêem e avaliam essas minorias. Até que ponto são reconhecidas?

“Se trata aquí de interrogarse sobre como suelen ser percibidas por los profesores las culturas minoritarias y qué lugar tienden a otorgarles dentro del currículum propio de la cultura escolar (del grupo mayoritario).” (Jordán, 1994, p. 29)

No entanto, cabe aqui ressaltar que a ideia de ajustar não terá de ser propriamente modelar ou adequar ao belo prazer do grupo maior, mas consentir a diluição dessa cultura com toda a sua legitimidade como forma de enriquecimento, aproveitando o que de melhor esta possa oferecer. Contudo, e para que, isto aconteça terá de haver o reconhecimento, o respeito pela diversidade na escola, respeitando o outro por ser igual em dignidade e direitos.

“Pluralismo cultural significa afirmação de cada cultura e, simultaneamente, a sua abertura às outras culturas, para com elas estabelecer relações de complementaridade. Cada cultura vale por si própria e enriquece-se no contacto com as restantes, aportando para a construção de uma cultura comum – pode afirmar-se que cada cultura particular contribui para a construção de uma cultura universal que é património de todos.” (Bonaf, 2000; cit. por Pereira, 2004, p. 25)

O conceito de multiculturalismo, de facto, aponta para a diferença existente entre os indivíduos e grupos que são distintos entre si, mas que possuem igualdade de direitos, e que o convívio numa sociedade democrática depende da aceitação da sua heterogeneidade. Desta forma, não se admite a exclusão de nenhum elemento, respeitando e reconhecendo sempre a sua diferença. Os interesses de ambas as partes deverão ser ponderados através do diálogo sempre que necessário. O princípio do reconhecimento e aceitação do multiculturalismo aponta para a necessidade de admitir a diferença em relação ao outro, ou seja, tolerando e convivendo com aquele que não é nem vive igual ao resto do grupo. Contudo a sua forma de ser não pode prejudicá-lo e traduzir-se em menos oportunidades e recursos. Se de facto queremos enaltecer a tolerância entre os que são diferentes, então temos que reconhecer o que nos relaciona.

O multiculturalismo não implica defender a uniformidade de pensamento, todo o mundo equitativamente multicultural. O que se pretende sim, é que se respeite a diferença, admitindo-a como um factor enriquecedor e não apenas como uma preocupação ou princípio da política europeia ou mundial. A multiculturalidade não pode ser entendida como um fardo para a escola ou para uma sociedade. Ou seja, o multiculturalismo não pode ficar pelos interesses económicos ou de poder de uma comunidade como forma de superação de problemas. Terá que ser preocupação de toda a sociedade, em especial das escolas, procurando assim, atingir-se a expressão autêntica de liberdade, de igualdade de direitos numa sociedade que se quer mais tolerante.

“Antes do advento da democracia, a tolerância limitava-se, somente, a uma atitude passiva em relação a pessoas ou factos que, contra vontade, se suportavam, fosse por necessidade, indulgência ou para evitar um mal maior. Com o andar dos tempos o seu sentido alterou-se. Actualmente ser tolerante é reconhecer aos outros liberdade de expressarem as suas ideias, pugnam pelas suas posições e viverem de acordo com os seus valores, ainda que diferentes ou opostos aos nossos. É ser capaz de aceitar o direito à diferença e reflectir sobre ela. Em algumas organizações, defende-se, insistentemente, que «todos devem falar a mesma linguagem» e que «todos devem estar sintonizados na mesma onda». Mas não será a diversidade de pontos de

vista que torna frutuoso e rico o trabalho de um grupo ou organização?  
**A tolerância** é a base da comunicação e do diálogo.” (Ferreira, 1994, pp. 148- 149)

O reconhecimento do multiculturalismo e da necessidade de haver interculturalidade deverá levar não só à aprovação de outras culturas, mas sobretudo à necessidade de as conhecer para melhor as entender e aceitar. Só assim todos poderão conhecer em profundidade as outras culturas, e talvez consigam concluir que afinal não há tantas diferenças entre católicos e budistas, entre judeus e muçulmanos, entre uns e outros.

A multiculturalidade deve ser um espaço de conhecimento e de reconhecimento da diversidade que pode nos aportar novos factos, mais não seja para verificarmos que afinal, e apesar da diversidade, há também parentesco cultural.

Compreendemos hoje que o desenvolvimento do indivíduo passa obrigatoriamente pela comunicação, a necessidade de conhecimentos que o ajudem a viver em sociedade e a interagir com o outro (Habermas, 1983). Segundo este autor, apenas compreendemos quem somos no colectivo ou como indivíduo a partir do reconhecimento que nos é dado pelo outro, só assim é possível construir a nossa identidade. Como nos diz ainda, Couvaneiro: “Para que o eu se afirme e seja reconhecido, necessita do outro, que lhe serve de referência e lhe dá sentido.” (2004, p. 8). Desta forma, estudar e acolher a diversidade humana na escola passa também, pela necessidade desse reconhecimento que caracteriza os indivíduos.

Nesta linha de pensamento, a educação não é apenas uma ponte para as relações humanas, mas é sobretudo um produto das mesmas, capacitando o indivíduo para a vivência participada na sociedade moderna, permitindo-lhe ainda a sua própria superação. Tudo isto traduz-se na necessidade de se cooperar como forma de ultrapassar os desafios do século XXI.

### Para que cooperar?

A participação da escola tem de ser mais activa em prol duma comunidade mais unida e tolerante para que melhor se possa entender a colectividade a que se pertence, cidade, país e realidade mundial. Por isso, hoje, e não é por mero acaso, que o discurso recai mormente sobre uma escola democrática, que tem a seu cargo possibilitar a cooperação entre pais, alunos, auxiliares e professores para a solução dos seus problemas.

“(…) não é viável separar o processo de alfabetização dos processos educativos gerais. Não é viável separar a alfabetização do processo produtivo da sociedade. O ideal é uma abordagem concomitante, em que a alfabetização evolua em diversos ambientes. Tais como o local de trabalho. Uma alfabetização crítica, sobretudo uma pós – alfabetização, não pode deixar de lado as relações entre o económico, o cultural, o político e o pedagógico.” (Freire e Macedo, 2002, p. 32)

Só assim a escola formará um homem mais consciente, activo e participativo no rumo do seu país e do mundo. Paulo Freire esbatia a fronteira entre o professor e o aluno, propondo-lhe que fosse suficientemente humilde para que o processo de aprendizagem fosse dialógico, e que este também aprendesse com o aluno. Para Paulo Freire, a pedagogia é sempre uma actividade que acontece em parceria, pois não pode haver, à luz do pensamento do autor, qualquer obstáculo que impeça ou quebre a reciprocidade do acto de educar: «critiquei e continuei a criticar aquele tipo de relação educador-educando em que o educador se considera o exclusivo educador do educando» (Freire, 1992, p. 119). Apesar da inquietação que estas afirmações possam ter ocasionado, são sem dúvida, a expressão da cooperação entre professor e aluno, da cooperação no processo de aprendizagem.

E impreterível que haja mais e melhor cooperação entre professor e aluno, que se elimine os obstáculos, sejam eles o tempo, o espaço ou até o próprio conceito de conhecimento como algo sagrado e exclusivo de quem tem um certificado.

Actualmente, muitos são os que acreditam que é cooperando que se aprende a cooperar e a respeitar o outro. É no trabalho colaborativo que muitos problemas podem ser resolvidos e ultrapassados no futuro, nomeadamente os relacionados com o multiculturalismo. É com a cooperação que se prepara o século XXI.

“Um dos paradigmas mais prometedores que surgiram na idade pós-moderna é o da colaboração, enquanto princípio articulador e integrador da acção, da planificação, da cultura do desenvolvimento, da organização e da investigação.” (Hargreaves, 2004, p. 277)

A cooperação apresenta uma pluralidade de alternativas, impedindo desta forma, que alguém fique do lado de fora, e numa escola, quer sejam os alunos, docentes, funcionários e direcção, quer seja ainda pais e comunidade em geral. Todos têm um papel imprescindível, para o êxito dos jovens, para a construção duma sociedade mais equitativa e livre. Então, é necessário que haja cooperação entre estes grupos e que se trabalhe em equipa a fim de se poder munir os alunos com as competências necessárias para saberem estar e conviver na ‘sociedade do conhecimento’. Os docentes melhor do que ninguém, podem transmitir estas competências e esta noção, designadamente, quando eles mesmos as espelham, trabalhando cooperativamente.

É inconcebível, para uma sociedade como a do século XXI, que se quer constantemente inovadora, capaz de ultrapassar todos os desafios que se lhe apresentam, insistir no trabalho individual como na era da Revolução Industrial.

“Um cientista isolado do mundo, rodeado de livros ou tubos de ensaio, à beira da maior descoberta de sempre, pode ser uma imagem romântica mas de ficção... não científica. É que, se é certo que o saber se enraíza na experiência do sujeito e, como tal, é sempre um acto individual, indivíduo e experiência só se definem na complexidade da sua relação com o meio. Todo o conhecimento é socialmente mediado: não há desenvolvimento individual sem a ‘intervenção’ do meio, do Outro e dos instrumentos de mediação social.” (Cochito, 2004, p. 3)

O mundo globalizado arrasou com as barreiras que impediam a socialização entre trabalhadores, entre os vários elementos da sociedade, e ainda entre as diferentes sociedades, e por isso, uma escola, não poderá manter-se, por mais tempo, alheia a esta espantosa mudança. Os docentes têm a árdua tarefa – árdua porque provavelmente eles próprios não foram ou não estão preparados para a sociedade do século XXI – de preparar os jovens para essa sociedade que se quer mais colaboradora e participativa.

A noção de cooperação também não é recente, como é referido por Couvaneiro:

“As primeiras tentativas de um projecto cooperativo manifestam-se em meados do século XIX, no início da sociedade industrial, e constituem uma espécie de referência que assinala um período de mudança de estrutura social, com movimentos sociais organizados, como por exemplo o sindicalismo e o socialismo, que aspiram á construção de uma nova sociedade e de um novo humanismo.” (2004, p. 10)

No âmbito escolar a cooperação teve vários seguidores ao longo do século passado, embora, só nas últimas duas décadas, surgisse como uma preocupação e necessidade apontada pela legislação. Freinet (1973, 1974) já proponha uma organização cooperativa da escola. Era uma proposta que permitia às crianças a sua realização pessoal e individual sem se desligarem do seu mundo circundante, da sua comunidade, da sua sociedade.

Outros, como Vigotsky, reforçam o pensamento de que aprendizagem é mais do que fixar conceitos, cumprir regras e currículos ou apenas repetir o que foi decorado. “Learning is more than the acquisition of the ability to think; it is the acquisition of many specialized abilities for thinking about a variety of things” (1978). Aprender não deverá ser dissociado do social.

A cooperação começa na sala de aula, onde os alunos podem trabalhar em equipa e assim, desenvolver as suas capacidades, melhorar a sua aprendizagem e as competências sociais, aumentando e melhorando as suas relações interpessoais quer com os outros elementos da equipa, quer com outros indivíduos da escola, e por conseguinte do seu meio social. Quando os benefícios da cooperação são atingidos, são naturalmente retratados por toda a escola, fazendo desta, uma escola cooperativa. Onde os valores individuais se respeitam e se aceitam numa comunidade una, mas não uniforme.

Ao considerarmos o protótipo da escola actual, remetemo-nos para a escola das ‘massas’, cuja estrutura exalta o individualismo e celebra a competição entre pares. Ora, sabemos que não é isso que se esta a vaticinar para a sociedade do futuro, pelo contrário, antevê-se que todos terão de saber trabalhar em equipa, a fim de conseguirem um produto. Aliás, já nos nossos dias se verifica essa necessidade premente do trabalho cooperativo em muitas áreas profissionais.

“With regard to the first point, it is hard to imagine a Job today which does not involve some cooperative interaction with others. The most frequent reason for individuals to be fired from their fist Job is not lack of Job related skills, but rather lack of interpersonal skills.” (Kagan, 1994, p. 11)

As tarefas individuais promovidas nas escolas em nada contribuem para habilitar os nossos jovens para esse mundo. A alternativa ao ensino massificado e impessoal é o trabalho de equipa, que promove a aprendizagem de competências interpessoais, onde se dá supremacia a uma efectiva cooperação. Dando-se, assim, origem a uma escola renovada, mais humana e mais tolerante, porque acostumada a ultrapassar os conflitos emergentes e comuns aos humanos.

"The alternative context is a team-based, high-performance organizational structure in which individuals work cooperatively in teams that have responsibility for an entire product, process, or set of customers. The new organizational structure is known as "the cooperative school." (...) Effective teamwork is the very centre of improving the quality of instruction and education with each level of cooperative teams supporting and enhancing the other levels. Teamwork is the hub around which all other elements of school improvement revolve. Teams are, beyond all doubt, the most direct sources of continuous improvement of instruction and education." (Johnson, Johnson e Holubec, 1994).

### Conclusão

Vivemos numa sociedade onde prevalece, por um lado, a diferença – e não se pode ignorar essa diversidade –; por outro lado, a individualidade, os sentimentos e as emoções que tanto distinguem e definem o ser humano.

É essencial desenhar um currículo que se adapte a esta diversidade, à multiculturalidade, mas que nem seja compulsivo nem limitado. Um currículo assente no modelo de cooperação que seja independente do tempo e do espaço, mas comprometido com os mesmos.

Constata-se que a escola terá de romper com as amarras do passado e preparar-se para um novo conceito de ensino, onde a diferença é um obséquio e não um fardo. Desta forma, a cooperação surge por um lado, como o espaço onde o pluralismo se manifesta, acontece e pode fluir sem restrições, e por outro, onde pode brotar o desenvolvimento da criatividade porque há lugar para a expressão do eu.

Não basta que estudos sejam feitos e reconheçam a cooperação entre parceiros como modelo a seguir rumo à inovação. É imperioso que os professores entendam e reconheçam os benefícios da cooperação porque só assim se entregarão voluntariamente a uma pedagogia cooperativa. Ou serão arrastados a fazê-lo... Todos têm de se envolver seriamente.

A cooperação não se pode manifestar na limitação ou dependência do outro, mas serve antes, para assegurar, consolidar essa individualidade sem deixar de intensificar a sua socialização. A cooperação deve funcionar como o motor de mudança numa sociedade cada vez mais globalizada, exigente e plural.

### Referências bibliográficas

- APPLE, Michael (2001). *Educação e Poder*. Porto, Porto Editora.
- CLANET, Claude (1993). *L'Interculturel*. Toulouse, Presses Universitaires du Mirail.
- COCHITO, Maria Isabel G. Santos (2004). *Cooperação e Aprendizagem*. Porto, ACIME.
- COUVANEIRO, S. Conceição (2004). *Práticas Cooperativas. Personalização e Socialização*. Lisboa, Instituto Piaget.
- FREINET, Célestin (1973). *Pedagogia do bom senso*. Lisboa, Moraes.
- FREINET, Célestin. (1974). *A Educação pelo Trabalho*. Volume I e II. Porto, Presença.
- FREIRE, Paulo (1992). *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo e MACEDO, Donaldo (2002). *Alfabetização leitura do mundo leitura da palavra*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- FERREIRA, da Trindade Paulo (1994). *Reinventar a Criatividade, dirigentes em tempo de mudança*. 1.ª ed. Lisboa, Presença.
- GOODSON, Ivor F. (2001). *O Currículo em Mudança, Estudos na construção social do Currículo*. Porto, Porto Editora.
- HABERMAS, Jurgen (1983). *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*. São Paulo, Brasiliense.
- HARGREAVES, Andy (2004). *Os professores em Tempos de Mudança*. Amadora, Mc Graw-Hill.
- HOERR, R. Thomas (2005). *The Art of School Leadership*. Consultado a 06/07/06 em: [www.ascd.org/portal/site/ascd/index.jsp](http://www.ascd.org/portal/site/ascd/index.jsp)  
ASCD Publications.
- JOHNSON, W. David; JOHNSON, T. Roger & HOLUBEC, J. Edythe (1994). *The New Circles of Learning: Cooperation in the Classroom and School*. Consultado a 24/04/2006 em: [www.ascd.org/portal/site/ascd/menuitem.b71d101a2f7c208cdeb3ffdb62108a0c/template.book?bookMgmtId=0bef8aec2ecaff00VgnVCM1000003d01a8c0RCRD](http://www.ascd.org/portal/site/ascd/menuitem.b71d101a2f7c208cdeb3ffdb62108a0c/template.book?bookMgmtId=0bef8aec2ecaff00VgnVCM1000003d01a8c0RCRD).  
ASCD Publications.
- JORDÁN ANTONIO, José (1994). *Escuela Multicultural. Un Reto para el Profesorado*. España, Ediciones Paidós Ibérica.
- KAGAN, Spencer (1994). *Cooperative Learning*. San Clemente, Kagan.

MCLAREN, Peter; GIROUX, A. Henry (1994). *Between Borders. Pedagogy and the Politics of Cultural Studies*. New York, Routledge

MORIN, Edgar (1991). *O Paradigma Perdido, a natureza humana*. Mem Martins, Publicações Europa-América, Biblioteca Universitária.

PEREIRA, Anabela (2004). *Educação Multicultural. Teorias e Práticas*. Porto, Edições ASA

SILVA, Tomaz T. (2000). *Teorias do Currículo. Uma introdução crítica*. Porto, Porto Editora.

SOUSA, Jesus Maria (2000). *O Professor como Pessoa. A dimensão pessoal n formação de professores*. Lisboa, ASA Editores.

SOUSA, Jesus Maria (2000). O Olhar Etnográfico da Escola perante a Diversidade Cultural. *Revista de Psicologia Social e Institucional*, 2 (1), pp. 107-120. [www.uma.pt/jesusousa/Publicacoes/15Olharetnograficodaescolaperanteadiversidadecultural.pdf](http://www.uma.pt/jesusousa/Publicacoes/15Olharetnograficodaescolaperanteadiversidadecultural.pdf). Consultado a 20/09/06.

TOFFLER, A. (1970). *Choque do Futuro*. Lisboa, Livros do Brasil.

VYGOTSKY, L. S. (1978). *Mind in Society. The Development of Higher Psychological Processes*. Cambridge MA., Harvard University Press.